

A ESCOLA PÚBLICA NO CONTEXTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1930: UMA REFLEXÃO EDUCACIONAL PARA OS DIAS ATUAIS

Perpétua Socorro Lopes Sampaio 1; Ana Paula Moraes Santos Souza 2; Antônia Solange Pinheiro Xerez 3; Sirneto Vicente da Silva 4; Sabrina Carneiro de Sales 5

1 Doutoranda em educação e Ensino pela Universidade Estadual do Ceará (PPGEEN/UECE), Limoeiro do Norte, Ceará, Brasil, perpetua.socorro@aluno.uece.br;

2 Doutoranda em educação e Ensino pela Universidade Estadual do Ceará (PPGEEN/UECE), ana.moraes@urca.br.

3 Professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino (PPGEEN/UECE), antonia.xerez@uece.br;

4 Professor permanente na Universidade Estadual do Ceará (FAFIDAM/UECE; PPGEEN/UECE), sirneto.silva@uece.br;

5 Graduanda em Pedagogia Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM/UECE); sabrina.carneiro@aluno.uece.br.

Resumo

Este estudo tem como objetivo central o panorama da escola pública brasileira no contexto do processo de inserção do Brasil no mundo industrial (década de 1930) e na contemporaneidade. Justifica-se pelo interesse em discutir a formação da escola pública em dois momentos distintos da história do país e colocar em tela elementos que estão associados aos dois períodos. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com base em estudo bibliográfico. Os resultados indicam que na Era Vargas, embora o país tenha passado por mudanças positivas em relação à industrialização, a escola pública continuou reproduzindo os modelos sociais da oligarquia agrária, uma vez que mesmo com tantas reformas educacionais, na década de 1930 o Brasil possuía dois modelos de escola bastante distintos. Hodiernamente, ainda se vislumbra uma educação para a classe dominante e outro projeto de educação para a classe dominada. Essa constatação foi suscitada por meio de reflexões em torno do Novo Ensino Médio e da Escola em Tempo Integral. A guisa de conclusão, a escola pública brasileira precisa tomar novos rumos e ser compreendida como um espaço que transgride realidades.

Palavras-Chave: Escola Pública. Políticas Educacionais. Educação Dualista.

Introdução

O desenvolvimento do presente texto é resultado da disciplina intitulada “Tópicos Especiais II – Origens da Escola Pública: questões históricas e contemporâneas”, ofertada no curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino (PPGEEN) da

Universidade Estadual do Ceará (UECE), em dezembro de 2025. No decorrer das atividades acadêmicas foram analisados textos que abordam a historicidade e o processo de universalização da educação pública, sobretudo no Brasil.

A partir das leituras e dos debates realizados ao longo da disciplina, evidenciou-se que o processo histórico da instrução pública no Brasil foi marcado por diferentes orientações ideológicas, especialmente no âmbito político e econômico, estruturas que se perpetuam na contemporaneidade. Mesmo atravessada por interesses ideológicos que priorizam a elite, a escola pública brasileira passou por múltiplas transformações ao longo do tempo, entretanto, ainda enfrenta o desafio de promover, de maneira mais efetiva, a qualidade dos conhecimentos no contexto escolar, visto o investimento de políticas neoliberais que invadem as escolas e militam com a resistência de muitos profissionais que fazem o processo educacional acontecer.

Cumprir destacar que abordar questões relacionadas à escola pública brasileira implica reconhecer a complexidade e a amplitude histórica desse tema, que ultrapassa o recorte aqui proposto, centrado na industrialização e em políticas neoliberais. Refletir sobre a instrução pública no Brasil remete a um percurso histórico que se inicia no século XVI, com a chegada dos jesuítas, estendendo-se até a contemporaneidade. Para analisar as transformações ocorridas no campo educacional durante a década de 1930 e seus reflexos no projeto de educação atual, torna-se imprescindível compreender o contexto histórico mais amplo em que tais mudanças se inserem, especialmente no que se refere às transformações de ordem política, econômica e social. À medida que esses setores passam por reconfigurações significativas, o campo educacional também é impactado, refletindo e respondendo às novas demandas da sociedade.

Quanto a metodologia, este trabalho foi organizado com base na pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfica, uma vez que os diálogos empíricos e teóricos construídos se fizeram com base em leituras de pesquisadores das principais categorias presentes neste texto – escola pública e políticas educacionais. Nesse contexto, destacam-se as contribuições de autores como Condorcet (2008), Palma Filho (2010), Cambi (1999), Saviani (2008), entre outros, que se dedicam à discussão acerca da instrução pública.

Dessa forma, o objetivo deste texto é analisar o panorama da escola pública brasileira no contexto do processo de inserção do Brasil no mundo industrial (década de 1930) e na contemporaneidade.

A organização da Instrução com Ênfase no Processo de Industrialização

A discussão pretendida, inicialmente, dá-se nas primeiras décadas do século XX, mais precisamente nos anos de 1930. O Brasil era um país agrário, marcado por profundas desigualdades e um elevado número de analfabetismo, resultado de uma educação descentralizada, restrita às elites e de distribuição desigual entre o interior e os centros urbanos. No âmbito político, destacava-se a figura de Getúlio Vargas, cuja ascensão ao poder marcou o fim da chamada “República Velha” ou “República do café-com-leite”. O governo Vargas foi caracterizado pela defesa de um projeto político voltado à industrialização do país, em substituição ao modelo econômico predominantemente agrário que havia prevalecido durante a Primeira República. Nesse sentido, Palma Filho (2010, p. 01) acrescenta que:

Uma das consequências mais importantes da quebra da Bolsa de Nova Iorque, ocorrida no ano de 1929, foi a impossibilidade do governo brasileiro de continuar sustentando a política econômica, adotada a partir de 1910, em relação ao café. Este fato, somado a uma série de outros descontentamentos, de que fora palco a nação brasileira durante o período de 1920 a 1930, culminou na chamada Revolução de 1930, tendo à frente o político gaúcho Getúlio Vargas.

Diante do processo de modernização econômica em curso no Brasil, tornou-se evidente a necessidade de expansão e reorganização da instrução educacional, uma vez que a formação escolar passou a ser requisito fundamental para os indivíduos que, a partir desse período, seriam incorporados ao setor industrial. O trabalho nas grandes fábricas demandava, portanto, um determinado nível de escolarização e qualificação. Nesse contexto, apresentam-se as principais propostas, com ênfase no campo educacional, desenvolvidas durante a Segunda República (1930–1937). Os principais acontecimentos no campo educacional ou com repercussão no setor educacional foram:

- a) Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública.
- b) Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior (1931).
- c) Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova (1932).
- d) Constituição Federal de 1934.
- e) Projetos de reforma educacional oriundos da sociedade civil (Filho, 2010, p.02).

Conforme se observa, as propostas voltadas à instrução pública e educacional não estavam isentas de interesses subjacentes, estando, em grande medida, alinhadas ao projeto de fortalecimento do mercado capitalista. Embora seja inegável que o governo de Getúlio Vargas tenha conferido centralidade à educação, é necessário reconhecer que tais iniciativas também funcionaram como mecanismos de controle e disciplinamento das camadas populares, especialmente diante das exigências impostas por uma nova forma de organização do trabalho, representada pela indústria.

Nesse sentido, vislumbra-se nessas ações o projeto de uma educação dualista: a educação formal que se limita à preparação técnica da força de trabalho destinada ao proletariado e uma educação formal que orienta para a formação de sujeitos críticos, politicamente conscientes e esclarecidos, a fim de preparar os filhos da elite para os cargos de maior prestígio social e econômico. A luta pela “verdadeira instrução”, aquela que promove a autonomia intelectual e a emancipação do indivíduo, não é uma pauta da atualidade, desde muito tempo as classes sociais desfavorecidas foram afastadas, impedidas de ter acesso à uma educação que as libertassem da opressão. Conforme ressalta Condorcet (2008, s/p): “O homem que foi instruído nos elementos da lei civil não está na dependência do jurisconsulto mais esclarecido, cujos conhecimentos só podem ajudar o primeiro, e não sujeitá-lo”.

Dentre as reformas educacionais instaladas no Período Vargas está a conduzida por Francisco Campos, entre 1931 e 1932, a Reforma Francisco Campos. Esta ficou conhecida como uma das primeiras tentativas de organizar a educação nacional de forma mais sistemática. No âmbito dessa reforma, o ensino secundário foi estruturado prioritariamente para atender aos filhos da classe dominante, configurando-se como uma formação rigorosa e propedêutica voltada ao ingresso no ensino superior. Em contrapartida, o ensino profissional foi relegado a uma posição secundária, permanecendo marginalizado em relação ao ensino secundário regular. Destaca-se, ainda, a instituição do exame de admissão, mecanismo avaliativo que, na prática, funcionava como um instrumento de exclusão, restringindo o acesso dos filhos da classe trabalhadora aos níveis mais elevados da escolarização.

Pode-se afirmar, portanto, que as reformas educacionais vinculadas ao projeto de modernização econômica voltado à industrialização pouco apresentaram de inovador no que se refere à construção de um currículo capaz de promover uma educação verdadeiramente democrática e igualitária, uma vez que:

[...] o fato de que o conteúdo curricular continuava a serviço de uma elite intelectual, que se pretendia formar. Este descompasso entre a política de desenvolvimento industrial empreendida por Vargas e a reforma educacional proposta pelo seu Ministro da Educação encontra explicação no fato de que os setores conservadores ligados ao campo sofreram derrota apenas parcial com a Revolução de 1930 e ainda têm muita força no interior do governo, principalmente, no Ministério da Educação (Palma Filho. 2010, p.03).

O período conhecido como a Era Vargas propôs modernização para o país mediante o investimento industrial, todavia a educação não acompanhava as mudanças vertiginosas que o país vivia. O Brasil continuava com um modelo de escola voltado para a elite intelectual e

apesar das reformas educacionais propostas, os interesses das oligarquias agrárias limitavam o avanço da democratização do ensino.

Com isso, é condizente lembrar das palavras de Coondorcet (2008, s/p): “A desigualdade de instrução é uma das principais fontes de tirania”. Segundo o autor, durante longos períodos históricos marcados pela ignorância, o poder não se exercia apenas pela força física, mas também pelo monopólio do conhecimento, concentrado em grupos sociais restritos. Sacerdotes, juristas, comerciantes e médicos detinham saberes específicos que lhes garantiam autoridade e domínio sobre a sociedade, assim como os guerreiros mantinham seu poder fundamentado no aprendizado exclusivo das técnicas militares. Dessa forma, tanto o despotismo armado quanto o intelectual baseavam-se na desigual distribuição do conhecimento, o que reforçava relações de dominação social (Condorcet, 2008).

No mesmo contexto histórico da década de 1930, destaca-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), documento que apresentou uma proposta educacional orientada por princípios renovadores, defendendo um ensino centrado no aluno, em oposição aos métodos tradicionais. Todavia, tais concepções pedagógicas estavam fortemente fundamentadas em correntes educacionais internacionais, especialmente aquelas vinculadas ao movimento escolanovista.

Saviani (2008) ao analisar e registrar as ideias pedagógicas do Brasil, põe em tela a organização escolar presentes nas diversas correntes pedagógicas, além disso o autor organiza uma periodização dessas pedagogias. O recorte temporal que está em discussão nesta seção corresponde, conforme Saviani (2008), ao 3º período (1932-1947), o qual tem esse recorte por manter um equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova.

Os debates que polarizavam a educação no Brasil giravam em torno da formação de uma cultura brasileira e de um sistema nacional de ensino democratizado, impulsionados pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932. A elite de intelectuais brasileiros que estava à frente desse movimento de renovação e democratização, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, entre outros, era fortemente influenciada pelo pragmatismo americano, representado no ideário pedagógico escolanovista de Dewey (Martineli e Moreira, 2016, p.169).

Embora o movimento escolanovista defendesse uma escola pública, laica, gratuita e obrigatória, tais princípios ainda não correspondiam plenamente à realidade do povo brasileiro, sobretudo no que se refere aos filhos da classe trabalhadora pobre, que permaneciam à margem do efetivo acesso e permanência no sistema educacional. Os interesses que impulsionavam a luta dos Pioneiros da Educação apenas foram alcançados, parcialmente, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996. Ao registrar uma compreensão

sobre o ideário da Escola Nova na visão dos pioneiros da Educação, Saviani (2008, p. 244) registra:

Se a escola tradicional mantinha o indivíduo na sua autonomia isolada e estéril, a nova educação, embora pragmaticamente voltada para os indivíduos e não para as classes, fundando-se sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social, forma para a cooperação e solidariedade entre os homens.

A década em discussão foi cenário de muitas mudanças no âmbito educacional, como também em muitos outros campos. Outras importantes reformas ocorridas neste período foram as Reformas Capanema (1937-1942), iniciativa do então Ministro da Educação Gustavo Capanema. Com essas reformas a organização da escola passou a prever um ensino primário elementar de 4 anos, com um primário complementar aumentado de mais 1 ano. Quanto a organização do Ensino Médio, verticalmente organizado em dois ciclos – ginásial com 4 anos de duração e o colegial com tempo de 3 anos. Horizontalmente, o Ensino Médio era ofertado nos campos secundário e técnico-profissional. Essa organização suscita a reflexão que

[...]o conjunto das reformas tinha caráter centralista, fortemente burocratizado; dualista, separando o ensino secundário, destinado às elites condutoras, do ensino profissional, destinado ao povo conduzido e concedendo apenas ao ramo secundário a prerrogativa de acesso a qualquer carreira de nível superior; corporativista, pois vincula estreitamente cada rama ou tipo de ensino às profissões e ofícios requeridos pela organização social (Saviani, 2008, p. 269).

Diante das considerações acerca de alguns acontecimentos relacionados à educação, à escola e ao ensino público na década de 1930, observa-se que o cenário educacional contemporâneo evidencia a permanência e, em certos aspectos, o aprofundamento de retrocessos. A educação pública, ou a escola pública, tem sido submetida a diversas transformações, seja em sua estrutura organizacional, no currículo ou nas metodologias de ensino. Contudo, é perceptível que tais mudanças continuam fortemente vinculadas às ideologias da classe dominante. Nesse sentido, conforme assinala Cambi (1999), ao interpretar Marx, em cada período histórico as ideias predominantes expressam os interesses da classe dominante, estando diretamente relacionadas aos seus objetivos sociopolíticos, às suas condições econômicas e à sua concepção de mundo.

O Novo Ensino Médio e a Escola em Tempo Integral no Contexto das Políticas Públicas Educacionais no Brasil

Os processos históricos ocorrem de maneira cíclica, padrões se repetem ao longo do tempo. Assim acontece com a política, com a economia e com a educação, visto que esta associa-se diretamente aos percursos políticos e econômicos da sociedade. Dessa forma, a análise realizada sobre uma educação dualista, excludente e a favor da manutenção da elite brasileira existente na década de 1930, dialoga, em alguns aspectos, com a educação brasileira contemporânea.

Com a expansão cada vez maior do capitalismo, as escolas brasileiras, sobretudo as públicas, têm sido atingidas pelos interesses que sustentam o capital. Entre tantos, destacamos a busca pelo lucro e para alcançá-lo há um projeto de manutenção social, no qual os filhos da classe trabalhadora pobre permanecem alienados e, como mão de obra desqualificada, produzindo riquezas para a classe dominante. Como as escolas são responsáveis pela formação intelectual de crianças e adolescentes, grandes empresas adentram nos espaços escolares e ditam o currículo que devem seguir e como devem (de)formar os sujeitos que ocupam esses espaços.

Neste tópico do trabalho, trataremos, mesmo que sucintamente, do Novo Ensino Médio e a Escola em Tempo Integral. Não nos deteremos de forma sistematizada quais são as inovações que vem ocorrendo no campo educacional ou na escola pública, pois para isso se exige uma leitura ou uma pesquisa mais condensada.

Sobre o Novo Ensino Médio, observamos que as mudanças que estão ocorrendo no Ensino Básico e de forma especial no Ensino Médio estão ligadas a antigos discursos pautados em uma nova concepção de educação e ensino, exemplo disso é a Conferência da Educação realizada em Jomtien na Tailândia, em 1990, pois “É nesse evento que se difundem umas das principais concepções para a nova educação do vindouro século XXI, à época, a pedagogia das competências e a ‘pedagogia do aprender a aprender’”. (Moraes, 2022, p. 557-558). Nessa perspectiva, percebemos que as políticas educacionais atualmente visam formar sujeitos conforme as exigências das transformações ocorridas no campo econômico, político, cultural, dentre outros e estão a serviço do neoliberalismo.

Diante dessa constatação, é cabível conhecer algumas propostas do Ensino Médio que causaram mudança na estrutura do currículo escolar em nível médio:

O currículo do Ensino Médio será inicialmente dedicado 60% às aprendizagens previstas na BNCC e 40% a cinco Itinerários Formativos, sendo que quatro deles estão associados às Áreas de Conhecimento, ou seja, a Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e o quinto é voltado para a Formação Técnica e Profissional. (Menezes, 2020, p.13).

Como podemos observar, a Base Nacional Comum Curricular (2018) juntamente com o Novo Ensino Médio se propõe discutir uma organização dos conteúdos e conhecimentos. Desse modo, Menezes (2020, p.17) afirma que os sistemas escolares e escolas devem seguir algumas orientações, dentre estas consta: “Preparar sua equipe pedagógica para atuar em conformidade com os objetivos formativos dos componentes curriculares, escolhendo as atividades de que se encarregarão e promovendo sua articulação interdisciplinar”.

As propostas apresentadas até parecem que vieram para melhorar a educação pública, oferecer maiores oportunidades de aprendizagem para o jovem filho do proletariado. Todavia, essas propostas vêm esvaziadas, uma vez que a maioria das escolas públicas brasileiras não têm espaços nem equipamentos para as aulas da base diversificada, nem tão pouco os professores recebem formação para compreender e trabalhar a partir desse novo currículo.

Cambi (1999) destaca que, ao longo do tempo, a educação foi sendo redesenhada para atender às exigências do mundo do trabalho. Esse “mundo do trabalho” tem sido cada vez mais moldado pela lógica capitalista, assim os que projetam os modelos de educação, intencionalmente, sustentam modelos que se divergem e conservam a manutenção do poder intelectual e econômico nas classes que sempre dominam.

Para além do Novo Ensino Médio, outra temática que tem se destacado no campo educacional refere-se à expansão das escolas em tempo integral. No plano jurídico-educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) constitui o marco inicial para a ampliação da oferta da Educação em Tempo Integral (ETI) no Brasil, ao estabelecer as diretrizes e bases que orientam a organização do sistema educacional brasileiro e ao fornecer o respaldo legal necessário à sua implementação. Ademais, diversas iniciativas políticas e programas educacionais têm desempenhado papel relevante na consolidação da ETI no país. Entre essas ações, destacam-se o Movimento Todos pela Educação, o Programa Mais Educação (PME) e o atual Plano Nacional de Educação (PNE). Complementarmente, a Lei nº 11.494/2007 instituiu a destinação de recursos financeiros específicos para o financiamento de matrículas em regime de tempo integral nas distintas etapas e modalidades da educação básica.

Essas políticas educacionais têm desempenhado um papel fundamental na implementação do Ensino de Tempo Integral, cujos efeitos estão sendo atualmente experimentados na prática educacional brasileira. Dessa forma, sob a perspectiva crítico-social, compreendemos que as legislações e o decreto anteriormente mencionados foram, em certa medida, implementados de forma impositiva. Trata-se de decisões que, frequentemente, desconsideram as especificidades e a realidade concreta das comunidades escolares envolvidas.

O objetivo central desse estudo consistiu em analisar o panorama da escola pública brasileira no contexto do processo de inserção do Brasil no mundo industrial (década de 1930) e na contemporaneidade. Nesse sentido, o objetivo foi alcançado, uma vez que, por meio de compreensões e teorias, teceu-se neste trabalho uma compreensão de escola pública brasileira resultado de luta, mas também de opressão e de (de)formação de mão de obra operária.

A escola passou a assumir como missão central a formação de profissionais, colocando o profissionalismo no centro de sua função social. Isso significa que educar deixou de ser apenas transmitir cultura geral ou valores humanísticos e passou a preparar indivíduos para exercer funções específicas na sociedade. Além disso, se perpetua no país a manutenção do poder por meio do modelo de educação que é pensado e destinado para cada grupo social específico, traduzindo uma realidade de preservação das desigualdades sociais.

Entende-se que, na contemporaneidade, a escola pública ultrapassa a função de preparar os jovens estudantes exclusivamente para o mercado de trabalho, passando a orientá-los, de forma crescente, para a lógica do empreendedorismo, em consonância com os princípios do sistema capitalista. Observa-se que o modelo industrial vigente desde a década de 1930 tem se reconfigurado continuamente e tem impactado diretamente o campo econômico. Nesse contexto, torna-se imprescindível que a educação pública seja concebida e estruturada à luz dessas transformações sociais, econômicas e a favor dos sujeitos que são formados. A escola pública brasileira precisa ser compreendida como um espaço de resistência e de luta por uma educação que verdadeiramente transforme vidas, que transgrida realidades.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB**. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação: passo a passo**. Brasília: MEC, 2011.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2018.

CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat et al. **Cinco memórias sobre a instrução pública**. Tradução Maria da Graça de Souza. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

Cambi, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

MORAES, S.E. Interdisciplinaridade e transversalidade mediante projetos temáticos. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 86, n. 213/214, p. 38-54, maio/dez. 2005.

MARTINELLI, Telma Adriana Pacifico; MOREIRA, Jani Alves da Silva. A concepção de história e de educação em Lorenzo Luzuriaga e sua repercussão no Brasil. **Educação Unisinos**, v. 20, n. 2, p. 166-175, 2016.

MENEZES, Luís Carlos de. **Novo ensino médio de bolso: a BNCC e a nova lei**. São Paulo: ARCO 43 Editora, 2020.

PALMA FILHO, João Cardoso. A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a Era Vargas. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Caderno de Formação de Professores Educação, Cultura e Desenvolvimento**. São Paulo: UNIVESP, v. 1, p. 85-103, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

